

ENTREVISTA 30 ANOS ABAIXO DO EQUADOR: RICHARD PARKER E O BRASIL [1]

INTERVIEW

30 YEARS BELOW THE ECUADOR: RICHARD PARKER AND BRAZIL

*Entrevista realizada por Edelson Costa Parnov e Elisa Mendes Vasconcelos **

Richard Guy Parker (1956), professor da Universidade de Columbia (EUA) e do Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), fez sua graduação, mestrado e doutorado em Antropologia na Universidade da Califórnia (Berkeley) e, entre idas e vindas, vive no Brasil há 30 anos. Gentilmente, abriu as portas de seu apartamento no Leme, e nos recebeu lá mesmo, de peito aberto, disposto a responder, no seu bom português, tudo o que nós curiosamente perguntássemos. Na entrevista, nos contou de tudo um pouco: a juventude nos Estados Unidos, a decisão de vir ao Brasil, as influências de correntes de pensamento na sua trajetória intelectual, a institucionalização dos estudos de sexualidade, o envolvimento com a questão da AIDS...Parker, no entanto, não restringiu a entrevista somente a isso. Ela foi além de aspectos relativos ao percurso e produção acadêmica do entrevistado. Se nós dissemos de peito aberto, foi porque Richard abriu o coração mesmo, nos falando de coisas que *“oferece[m] um caminho que talvez seja mais importante que ganhar um prêmio para a sua ciência”*. Como um acadêmico militante, ele encerra a entrevista otimista com os jovens que foram às ruas em junho deste ano: *“Se você não luta você não vai conseguir(...) eu acho muito interessante as manifestações que surgiram em junho, por exemplo. Não sei para onde isso vai e se tem a mesma força. Tem forças que querem conquistar, cooptar, trazer para o seu lado e aí é muito difícil saber como isso vai evoluir. Mas me parece uma coisa positiva, de ficar indignado e de ainda ter esperança.”*. E, talvez o maior legado que a trajetória do professor Parker nos ensine seja exatamente isso: ficar indignado e ter esperança.

* * *

Revista Habitus: Você fez sua graduação e doutorado em Antropologia na Universidade da Califórnia, Berkeley. O que o levou a optar especificamente por esse campo de estudo?

Richard Parker: Boa pergunta. No início não era a minha intenção. De fato eu, quando comecei a estudar antropologia, estava pretendendo fazer outra coisa mais voltada para o que em inglês se chama *political anthropology*, a antropologia da política. E de fato foi com essa intenção (a maneira como a política atravessa o campo da cultura) que eu estava pretendendo fazer a minha pesquisa, o meu trabalho de campo. Seria sobre o carnaval carioca, mas sobre o carnaval mais no sentido da manipulação política da cultura popular. Então eu ia fazer uma coisa meio histórica de como vários governos tinham organizado, tinham lidado, com as ligas de

samba que tinham adquirido, de certa forma, apoio político e como foi essa relação entre política e o carnaval, mas por várias razões acabei durante a pesquisa de campo, durante o tempo no primeiro ano inteiro que fiquei no Brasil... A primeira vez que vim ao Brasil foi em 82, só para três meses para fazer uma coisa, um reconhecimento, para ver se seria uma coisa que iria gostar e enfim... E em 83 para 84 eu voltei para fazer um ano de pesquisa de campo aqui com esse projeto de carnaval que foi financiado por algumas entidades, inclusive a Comissão Fulbright que promove intercâmbio entre os Estados Unidos e outros países, e no meio desse ano de pesquisa de campo eu acabei mudando. O que eu estava achando mais interessante sobre o carnaval de fato foi a maneira como ele é um pouco uma janela para ver alguns aspectos da sexualidade, a maneira que a sexualidade é organizada culturalmente. Vale a pena dizer que tem três coisas que no contexto histórico e pessoal fizeram isso fazer sentido. Primeiro, em termos mais teóricos, foi realmente em meados dos anos 70, mas muito mais para o começo dos anos 80, um pouco influenciado pelo movimento feminista e também pelo movimento gay... O movimento feminista foi um pouquinho mais cedo, surgiu antes. A segunda onda do feminismo surgiu antes do movimento gay, mas o movimento gay também tinha uma importância muito grande em colocar teoricamente a ideia da construção social, da construção cultural e histórica, da sexualidade. A ideia de que a sexualidade não é uma coisa simplesmente dada pela natureza, é uma coisa que a sociedade organiza. A sociedade constrói de diversas formas a sexualidade. Então, eu tinha lido um pouco essa literatura. Estava interessado em como é que a cultura inventa a sexualidade. Vendo a maneira como a sexualidade é apresentada durante o carnaval, achei interessante começar a fazer isso. Tem também duas outras coisas, históricos e mais pessoais, que eu acho que também influenciaram em mudar para esse rumo. Um é que, como vocês sabem, a AIDS começou mais ou menos nessa mesma época. Os primeiros casos de AIDS foram reportados nos Estados Unidos e principalmente em São Francisco em 81 e no Brasil em 82. Eu estava estudando em Berkeley, no outro lado da Baía de São Francisco. Então a AIDS já colocou em debate uma questão importante sobre a sexualidade- também sou gay- e por causa disso as questões da AIDS e da sexualidade tinham uma ressonância ou uma importância pessoal, principalmente... Na época eu estava, enfim, ainda bem jovem, no começo de... Não sei se eu tinha vinte e dois, vinte e três, anos e então lidar com a sexualidade era uma questão pessoal além de uma questão intelectual. Eu acho que as duas coisas realmente tinham uma importância bastante grande. Acabei pedindo permissão aos financiadores do projeto de estudos do doutorado se podia mudar para esse tema da sexualidade e eles apoiaram. Até de certa forma foi uma surpresa porque naquela época você não tinha quase nada sobre estudos de sexualidade, enfim... Ainda era muito reprimido. Os estudos feministas tinham começado um pouquinho, então tinha um pouquinho mais de espaço para fazer coisas sobre gênero, mas sexualidade em si ainda, na academia, era muito silenciado, não é? Então eu fiquei contente que as pessoas aceitaram essa mudança de tema e comecei a trabalhar sobre isso. A tese, a dissertação de doutorado, acabou sendo sobre essas questões e, basicamente, o texto é o mesmo que eu publiquei em inglês e em português, que em português é *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo* [2], que é um pouco uma leitura muito geral sobre a maneira como a sociedade, a cultura brasileira organiza gênero, sexualidade, práticas eróticas, os

significados da sexualidade diante da vida das pessoas. Então, só para fechar e explicar um pouco mais por que a questão da AIDS entra aí... De fato a pesquisa que estava fazendo sobre a sexualidade na cultura brasileira, eu achei que tinham algumas implicações importantes para questões de prevenção de HIV. Certamente a cultura brasileira é bastante, em comparação a muitas outras culturas... Não quer dizer que não é conservadora porque é, mas tem também uns espaços para abrir debates, abrir discussões sobre sexualidade que são interessantes. Eu achei que de certa forma a pesquisa sobre sexualidade também teria a possibilidade de contribuir de alguma forma para as questões da AIDS. Então literalmente (começando em 85, basicamente, até o presente) as duas linhas de trabalho que eu tenho feito são sobre sexualidade e sobre a AIDS. Nos anos mais recentes, em termos da AIDS o que eu faço é um pouco menos sobre sexualidade e muito mais sobre política e a maneira como políticas da área de saúde estão construídas, etc e tal; mas são as duas linhas que eu tenho feito ao longo de, basicamente, 30 anos agora.

Revista Habitus: Voltando ao seu início de carreira, você conseguiria identificar alguma corrente teórica ou escola de pensamento que tenha influenciado mais consideravelmente a sua produção?

Richard Parker: Certamente. Dentro da antropologia, na época que eu estava estudando tinha surgido uma abordagem na antropologia chamada “antropologia interpretativa” [3] que foi muito voltada a tentar entender as ideologias, a simbologia, como é que se formas e estruturas culturais organizam a vida das pessoas. *A construção social da realidade* [4] é o título de um livro escrito por dois sociólogos, o Berger e Luckmann, e também essa perspectiva foi bem importante onde eu estava estudando. No Departamento de Antropologia em Berkeley tinham muitas pessoas trabalhando mais ou menos nesse caminho. Essa foi então a primeira coisa, a antropologia mais interpretativa. Também na época tinha uma influência muito grande do Foucault, Michel Foucault, um filósofo francês que nos anos 70 (76, se eu não me engano) tinha publicado o primeiro volume da sua obra *A História da Sexualidade* [5]. Nessa época, no final dos anos 70 e começo dos anos 80, quando eu estava em Berkeley como aluno, primeiro de graduação e depois de pós, o Foucault estava dando aula cada ano em Berkeley durante alguns meses. Aliás, ia acabar mudando para lá mais ou menos a metade do tempo dele porque gostava muito da Califórnia e ele morreu de AIDS em 84, se eu não me engano. Durante esses anos em que ele estava indo pelo menos alguns meses, eu tinha tido a oportunidade de fazer cursos com ele, interagir com ele e o trabalho dele teve um impacto muito grande em mim. Essa ideia que é central para o Foucault de que existimos dentro de um sistema de poder extremamente complexo e que, de fato, a relação entre poder e significado, a relação entre poder e cultura, era uma questão fundamental no começo da minha carreira, das minhas pesquisas. Isso foi absolutamente central, então... Isso eu diria que durante, talvez, a primeira década da minha carreira essas duas foram as coisas mais importantes e foram muito uma função de onde é que eu estava estudando, em Berkeley, e as coisas ocasionais relacionadas a isso. Depois de mudar mais integralmente para o Brasil em 88 e começar a trabalhar aqui, eu diria que ao longo da

próxima década, dos anos 90, cada vez mais o meu trabalho foi influenciado por uma perspectiva talvez um pouco mais marxista. Certamente uma preocupação não só com poder e cultura, mas com uma economia política do corpo. A maneira em que a vivência de gênero e sexualidade é influenciada por fatores da economia política e essa questão eu acho que devo muito ao Brasil. Eu acho que de certa forma nos Estados Unidos há uma rejeição muito grande de perspectivas mais marxistas. Por exemplo, nos Estados Unidos você fala quase nada sobre as questões de classe, por exemplo... Não é uma coisa que entra tanto na perspectiva teórica da maioria das pessoas nos Estados Unidos. No Brasil é muito mais importante, também... As desigualdades muito marcantes da sociedade brasileira em termos materiais fazem classe uma questão bastante importante. Nos Estados Unidos tudo é sobre raça ou etnia, no Brasil não é que raça e etnia não tenham importância, mas classe social e econômica é o que realmente é o divisor de águas, vamos dizer... Também acabei ficando muito mais influenciado por essas questões pelo trabalho que eu estava fazendo sobre AIDS porque a AIDS é uma epidemia extremamente afetada, influenciada, por questões econômicas e políticas. Então eu acho que a minha perspectiva mudou bastante ao longo dos anos 90 e comecei a tentar elaborar esse conceito mais de uma economia política do corpo. Até hoje em dia continuo achando que essas três correntes... A interpretação, uma perspectiva não positivista da ciência, mas da ciência como um exercício reflexivo em que nós sempre temos que entender a nossa relação com o objeto de estudo - nós não temos a capacidade como cientistas sociais de sermos objetivos, o que temos que fazer é entender como é a nossa relação com as coisas que nós estamos estudando - é bastante importante. A ênfase no poder que vem principalmente de Foucault continua sendo importante e essa terceira linha que é um pouco mais na direção do marxismo ou neomarxismo que procura realmente analisar as questões econômicas e políticas que organizam a vida, que organizam a opressão, que organizam a exclusão, a marginalização. Todas essas questões são absolutamente fundamentais. Acho que é um pouco uma arquitetura teórica que caminha com esses três elementos, vamos dizer...

Revista Habitus: A sua juventude coincide com um momento de efervescência política nos Estados Unidos, com a emergência de uma série de movimentos pelos direitos civis dos negros, das mulheres e dos gays. Em que medida esse quadro político influenciou suas escolhas em relação ao seu campo de estudo?

Richard Parker: Totalmente. Quer dizer, eu não posso imaginar o trabalho que eu tenho feito fora do contexto das mudanças sociais que aconteceram no mundo todo nos anos 60 e a maneira em que isso... Os desdobramentos disso nesses diversos campos e com esses diversos movimentos sociais. O movimento das mulheres, o movimento LGBT, o movimento negro, o movimento da ecologia, todos esses movimentos são, em grande medida, uma função desse período histórico e eu acho que no caso específico de gênero e sexualidade, em comparação com quase todos os outros temas ou áreas de estudo que eu posso pensar, a influência dos movimentos sociais é maior nesse campo. Quer dizer, se você está estudando religião, você está estudando outro tema, não quer dizer que o contexto político e histórico não é importante (pode

ser que seja), mas eu acho que é mais importante ainda nas questões de gênero e sexualidade. De certa forma os movimentos abriram espaço para isso ser pensado, trabalhado, de uma maneira que sem esses movimentos não seria possível. Hoje em dia... Da época em que eu era aluno no começo dos anos 80 até hoje em dia essas mudanças tem sido enormes. Você tem departamentos de *women studies*, estudos da mulher. Você tem departamentos de estudos LGBT. Você tem departamentos nos Estados Unidos de estudos afro-americanos, enfim... Essas linhas ou essas áreas acadêmicas não existiriam dentro da universidade se não fosse a mobilização nas ruas. Foi literalmente a mobilização de movimentos sociais que abriu essa possibilidade e que tem, progressivamente ao longo das últimas duas (quase três) décadas, aberto o espaço para fazer trabalhos sobre isso e ter uma legitimidade, enfim, um certo respeito. Ainda é um pouquinho marginalizado, talvez, com relação a algumas áreas tratadas na universidade, mas avançou muito nesses últimos tempos e foi por conta da mobilização de movimentos sociais ao redor desses temas.

Revista Habitus: Mudando um pouco de assunto, em 1983 você saiu dos Estados Unidos para fazer sua pesquisa de campo sobre relações entre cultura e poder. Por que escolheu sair do seu país e vir estudar especificamente o Brasil? Porque eu imagino que você poderia ter escolhido outro lugar, qualquer outro lugar...

Richard Parker: É verdade! Essas coisas também acabam sendo muito uma função, eu acho, (não só para mim, mas para muitas pessoas) uma função da vida da gente, das escolhas e experiências pessoais que a gente tem. Então, de fato, a decisão de estudar antropologia e querer ir para algum outro lugar era muito uma questão de uma rejeição, muito, de algumas tendências e estruturas de poder da sociedade americana. Eu era rebelde desde muito cedo com relação às normas, a estrutura estabelecida de ser dentro dos Estados Unidos. Então de certa forma queria sair dos Estados Unidos. Queria realmente ir para outro lugar e tentar aprender outras coisas. Também tinha uma...Vamos dizer, apesar de ser de uma geração que chega a ser adulto depois dos movimentos de direitos civis dos negros nos Estados Unidos e depois das mudanças, dos questionamentos dos anos 60, eu fui muito influenciado por isso como jovem, como criança. Eu me lembro do horror de assistir na televisão... Eu morava no norte dos Estados Unidos durante a parte mais contestatória do movimento de direitos civis. Eu até hoje tenho essas imagens dos policiais no sul do país soltando seus cachorros para atacar os manifestantes negros e isso me tocou de uma maneira muito forte, sem poder entender na época (porque eu tinha cinco, seis anos), sem poder articular o porquê do meu incômodo. Era uma coisa que desde muito cedo eu fiquei com uma relação bastante crítica com as estruturas de opressão e a discriminação, a maneira que funciona com relação à raça, mas também com relação a gênero, sexualidade e outras características. Então, tudo isso era parte da atração de ir para fora para tentar aprender alguma coisa com um mundo que não era o mundo dos Estados Unidos. Também, quando comecei a fazer o doutorado (é óbvio) você tem que escolher onde é que você vai trabalhar. Eu tinha interesse, bastante interesse, no Brasil como uma opção, mas não necessariamente a única opção. Também tinha interesse em alguns lugares na Ásia, na Indonésia, Vietnã, mas eu tinha

aprendido a falar espanhol razoavelmente bem como aluno de *high school*, ensino médio. Então, falava espanhol e achava que não seria tão difícil aprender português por causa do espanhol, enquanto na Ásia, enfim, um lugar como a Indonésia, você tem a língua colonial dos holandeses, você tem Francês por causa das colônias francesas, você tem dezenas de línguas diferentes dos povos que vivem dentro das nações, tipo Indonésia... Então eu achei que seria muito difícil de conseguir... Não sou muito bom com línguas (...). Eu não sou muito talentoso com questões de língua. Eu achei que era mais factível conseguir em um ano aprender, com a base de espanhol, aprender português o bastante para pelo menos sobreviver e poder fazer uma pesquisa, enquanto seria muito difícil... Na Indonésia ia levar décadas para conseguir fazer isso. Então, todas essas coisas tinham um pouco a ver com a decisão, mas foi uma mistura... Também tinha uma coisa profissional muito clara. Naquela época, era uma época de crise financeira não tão diferente do que a gente vive hoje em dia, tinham pouquíssimas vagas para professor nas universidades. Ninguém estava contratando e no campo da antropologia tinha certa valorização de trabalhar nos lugares mais exóticos, enfim... Se você fizesse o seu trabalho de campo nos Estados Unidos muitas vezes você não ia ser muito considerado para algum trabalho, bem diferente do Brasil. No Brasil, na antropologia brasileira, a grande maioria das pessoas faz pesquisa com questões do Brasil, mas nos Estados Unidos é bem diferente nesse sentido. Então, esse também foi certamente um fator em termos de ir para outro lugar, uma vez que eu ia me posicionar um pouco melhor e talvez conseguir me candidatar para trabalhos depois de ter o doutorado. Então, isso também foi uma coisa importante. A minha vida ia mudar de maneira que eu não podia na época imaginar. Então as coisas não acabaram acontecendo exatamente como eu imaginei que iam acontecer, mas as razões de escolha foram mais ou menos essas.

Revista Habitus: E o português? Você conseguiu aprender bem rápido?

Richard Parker: Mais ou menos. Eu acho que qualquer língua, quando criança você aprende muito rápido, quando adulto é muito difícil aprender outras línguas. Eu lido razoavelmente bem com português, mas é sempre uma luta. Por exemplo, dar aula em português é muito mais difícil para mim do que dar aula em inglês. Você está constantemente enfrentando os limites da sua capacidade de comunicar as suas ideias. Então, às vezes é muito frustrante, porque você pode ter uma ideia bem mais complexa do que você consegue colocar na sua fala... e é muito frustrante porque você se sente um pouco preso por causa da língua. Mas aprendi mais ou menos rapidamente e ao longo dos anos pelo convívio constante de décadas acaba sendo, não exatamente igual a sua primeira língua, mas pelo menos uma coisa que você domina suficientemente para ter sonhos em português, enfim... Para fazer as suas coisas sem se sentir completamente incapacitado pelas suas limitações linguísticas.

Revista Habitus: Vamos entrar agora em algumas questões mais relacionadas ao livro *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. A sua pesquisa no Brasil inicialmente era voltada ao estudo do carnaval carioca, mas acabou resultando em um trabalho

mais geral sobre a sexualidade brasileira, a obra *Corpos, prazeres e paixões*, na qual o carnaval ocupa apenas um capítulo. Como ocorreu essa ampliação de perspectiva e qual a relação entre essa festa popular e a sexualidade dos brasileiros?

Richard Parker: Bom, eu acho que, como falei, o carnaval acabou sendo um pouco um ponto de partida para pensar sobre essas questões, mas quando comecei a pensar eu percebi que tinha um leque de dimensões, a construção da sexualidade, que seria importante tentar captar de alguma forma. Você tinha, certamente, dois sistemas bem distintos na organização de gênero e na organização da sexualidade. Obviamente eles se cruzam de maneiras muito importantes, mas cada um tem bases um pouco diferentes, você tem que elaborar de uma maneira um pouco diferente. Então, o ponto de partida foi tentar ver essas duas questões um pouco em paralelo e por causa do carnaval eu comecei a ficar muito interessado na simbologia, na linguagem, nas brincadeiras culturais com questões eróticas. Então, eu resolvi um pouco tratar o erótico como um terceiro quadro de referência (é o que eu chamei) para pensar e viver a sexualidade e, obviamente, todos os três acabam se cruzando de maneiras diferentes, em diferentes momentos. De certa forma fazem parte de uma coisa... De um guarda-chuva da sexualidade, os significados sexuais de uma forma mais ampla. E no livro eu tentei, provavelmente com uma certa ...É um certo orgulho demasiado, que você acha que vai conseguir fazer uma coisa muito grande. Então, eu acho que eu coloquei naquele livro talvez um projeto grande demais para fazer em um único livro e, portanto, você acaba fazendo às vezes as coisas de uma maneira um pouco mais superficial do que deveria, mas foi um... Para mim foi uma maneira de fazer um encontro com a complexidade do campo sexual em que gênero é muito importante, mas não é a única coisa que é importante, em que questões... Seguindo um pouco as ideias de Foucault sobre biopoder [6] e a maneira em que questões de poder e populações se vinculam e tentando ver tudo isso com relação a uma área que eu achei na época (e até hoje continuo achando) que é muito pouco conhecida e investigada, que é essa questão dos significados eróticos. Eu acho que uma das coisas naquele livro que eu achei uma inovação teórica importante era tentar entender como a vivência do erótico na vida da gente é uma coisa que vem não da nossa natureza, mas da nossa cultura de uma maneira muito profunda. A gente aprende o erótico. Não é dada uma vida erótica quando nascemos. É uma coisa que se aprende com o seu desenvolvimento dentro do contexto cultural e a cultura literalmente organiza isso. Então, a gente não tem nem como saber o que é “tesão” ou “excitação” se nós não entendemos a maneira como isso é construído culturalmente. Então, eu acho que foi uma tentativa de fazer uma coisa grande e ampla. Tinham muitas limitações, certamente. Eu acho que... Hoje em dia acho que foi muito pouco aconselhável, talvez, tentar falar ao nível do Brasil. O Brasil é enorme, tem uma diversidade enorme de diferentes regiões e etc. A minha pesquisa foi aqui no Rio de Janeiro e eu acho que o livro foi de fato sobre a sexualidade no Rio de Janeiro. Não acho que eu tinha muita justificativa para ficar falando sobre o Brasil inteiro, apesar de que ainda acho que as estruturas culturais que analiso no livro, enfim... Você vai a quase qualquer lugar nesse imenso Brasil e você vai ter pessoas que entendam essas estruturas culturais, apesar das diferenças regionais que existam.

Revista Habitus: Em *Corpos, prazeres e paixões...* você argumenta que no Brasil a construção de uma identidade nacional colocou a sexualidade como característica fundamental na diferenciação em relação, sobretudo, aos Estados Unidos e Europa. O ápice dessas visões, segundo o senhor, é o pensamento de Bento Prado e Gilberto Freyre. Que leitura você faz desse processo? O Brasil seria um país mais sensual do que os outros?

Richard Parker: Bom, eu acho que de fato há uma abertura para falar sobre a sexualidade no Brasil que é bastante incomum. Não sei se não tem nenhuma outra sociedade que abre essa possibilidade tanto quanto o Brasil, mas poucas sociedades têm essa abertura. Tailândia, talvez, seja outra, mas... Enfim, é uma coisa bastante interessante. No livro eu tentei analisar isso um pouco com essa ideia de mitos de origem e a maneira em que a miscigenação, a mistura de três raças, que era tão central na interpretação de alguns dos grandes pesquisadores brasileiros... Eu acho que tem muito uma coisa a ver com a fundação da sociedade brasileira, desse encontro dos europeus colonizadores com os índios, os nativos aqui do Brasil, e com as culturas africanas que foram trazidas como escravos e essa mistura. A miscigenação acaba sendo quase uma metáfora para a formação do povo brasileiro e você vê isso em livro após livro de grandes escritores como Gilberto Freyre. Então eu resolvi ler as obras desses escritores: Freyre, Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda. Enfim, essas pessoas que pensaram o Brasil. Roberto da Matta, mais recentemente. A sexualidade é muito presente nas questões que eles investigam. Então eu analiso textos deles um pouco como eu analisaria um romance, se você está fazendo estudos de literatura, por exemplo. Não acho que são necessariamente uma reflexão da realidade, mas certamente são uma janela para ver como algumas pessoas formadoras de opinião estão lidando e pensando sobre essas questões. Então, isso leva a pergunta que você está fazendo, uma pergunta que muitas vezes as pessoas fazem: “então isso quer dizer que o Brasil é mais sensual?”, “a sexualidade é diferente no Brasil?”. Sim e não. Quer dizer, por um lado eu acho que o Brasil também tem, na cultura brasileira também tem, umas dimensões profundamente conservadoras que não é tão simples assim. Está cheio de muitas contradições, não é? Mas, ainda assim, de outro modo eu diria que a presença, a visibilidade, das questões sexuais no Brasil está muito mais evidente em comparação, como você perguntou, com os Estados Unidos com a sua tradição muito puritana, muito conservadora, em termos de valores sexuais. No Brasil isso se organiza de outra maneira e na medida em que nós somos produtos da nossa cultura é que se pode, talvez, dizer que a sexualidade é mais presente na vida dos brasileiros do que em muitas outras sociedades que eu conheço. Eu vejo isso, também, muito como pesquisador de AIDS. Eu tenho feito pesquisa não só no Brasil, mas na África do Sul, no Vietnã. Tenho viajado bastante na África e na Ásia e realmente muitas sociedades fecham a possibilidade de dialogar ou de conversar, ou de pensar, sobre a sexualidade da maneira tão relativamente aberta como a sociedade brasileira faz. Então há uma diferença muito grande e eu acho que isso acaba também tendo resultado em termos da vivência que as pessoas têm do Brasil, da sexualidade.

Revista Habitus: Também em *Corpos, prazeres e paixões...* você afirma que há uma ideia muito difundida na sociedade brasileira de que o homem que se relaciona sexualmente com

outro homem não perderia a sua masculinidade desde que seja o parceiro sexual ativo. Eu gostaria que o senhor comentasse sobre como ocorreu a estruturação dessa concepção.

Richard Parker: Certo. Bom, primeiro isso não é, vamos dizer, uma descoberta que eu fiz. É uma coisa em uma linha de trabalho dos antropólogos sobre, especialmente sobre, as sociedades na América Latina, mas também em outras partes do mundo: o mediterrâneo, Espanha, Itália, Grécia. Algumas dessas características dar ideia de um pouco uma... Dá ideia de como estruturas de gênero (homens e mulheres, masculinidade e feminilidade, atividade e passividade), esse cálculo de relações entre o masculino e o feminino é uma coisa que é típica dentro dessa região. Muitas outras pessoas têm pesquisado sobre isso no Brasil. Certamente o trabalho que mais me influenciou foi um trabalho feito pelo antropólogo inglês Peter Fry, que escreveu alguns artigos muito importantes. No livro *Para inglês ver* [7] são reproduzidos esses artigos sobre como é que funciona a maneira que atividade e passividade organizam as interações entre pessoas do mesmo sexo, mas é muito importante lembrar que isso é uma estrutura cultural ideal, vamos dizer. Isso não quer dizer que necessariamente... É quase como uma gramática. Você tem... Na língua você tem uma gramática que são as regras de como é que você elabora frases e como é que você coloca palavras juntas, não é? Agora essa gramática... São as regras da gramática que usamos para organizar os nossos atos, para falar. Então é um pouco assim que eu vejo a cultura e as práticas sexuais. Você tem essa cultura idealizada de masculinidade, feminilidade, atividade e passividade e as hierarquias de poder que essas categorias representam dentro da sociedade, mas a maneira como as pessoas fazem as suas práticas, vivem a sua sexualidade, não é igual. As pessoas manipulam esse sistema para construir as suas identidades sexuais e para construir as suas práticas sexuais. Então é bastante complexo como é que nós chegamos às nossas práticas ou as ideias que a gente tem na cabeça sobre identidade sexual, a nossa identidade de gênero e assim por diante. Então o livro, de certa forma, o meu primeiro livro, foi uma tentativa de ver quais são as estruturas culturais que organizam a sexualidade no nível da estrutura. Não era muito sobre o que as pessoas fazem. Não era uma pesquisa de comportamento sexual. Era uma pesquisa sobre ideologias sexuais e como é que essas ideologias criam um campo onde cada pessoa vai viver a sua prática, vai construir a sua identidade. É quase como a cultura é a matéria bruta que vai ser transformada em ação pelas pessoas. Então essa é a questão de atividade e passividade. Eu acho que isso no nível de um tipo ideal no sentido do sociólogo Max Weber. Você tem esse tipo ideal da estrutura de gênero que organiza interações de pessoas do mesmo sexo de alguma forma, atividade e passividade. Agora, entre quatro paredes o que acontece não vai ser necessariamente essa estrutura ideal. Pode ter um monte de coisas que são diferentes e até o capítulo sobre o erotismo [8] é um pouco uma tentativa de demonstrar isso, porque tem construções culturais que também trabalham o erótico que muitas vezes subvertem ou invertem as regras. Então, entre quatro paredes talvez o “bofe” mais macho que você possa imaginar gosta de ser penetrado e assumir uma postura passiva. Ou não. Quer dizer, isso depende muito. Não há nenhuma maneira de prever, só por causa das estruturas culturais, como é que as pessoas vão internalizar essas estruturas nas suas próprias subjetividades e dentro disso, como consequência disso, vão acabar construindo as suas práticas sexuais. E, aliás, uma das coisas características, eu acho, da

cultura brasileira é essa coisa da transgressão e a maneira... Nessa tradição carnavalesca, transgredindo as regras da vida normal, na prática erótica, entre quatro paredes, na sacanagem... Eu acho que isso é uma coisa onde há muita manipulação e transgressão com relação a esses padrões ideais que a sociedade estabelece, enfim... Não sei se respondi a sua pergunta.

Revista Habitus: Está ótimo. Saindo do livro agora... Nesse contexto do qual estamos falando, os anos 80, estava ocorrendo no Brasil um processo de institucionalização dos estudos sobre sexualidade, para o qual o senhor foi muito importante. Você poderia nos falar um pouco mais sobre esse momento? As dificuldades, os obstáculos para a constituição desse tema a nível acadêmico...

Richard Parker: Certo. O ponto de partida é que quando eu cheguei aqui (em 82, 83) já tinha um pequeno campo, mas com pessoas muito interessantes pesquisando sobre essas questões. O Peter Fry foi um. O Edward MacRae [9] foi outro. Maria Andrea Loyola [10] que era do (é ainda) do Instituto de Medicina Social (IMS). Tinha um grupo, uma rede (vamos dizer) de pessoas tratando dessas questões. Alguns como alunos, Néstor Perlongher (que escreveu *O Negócio do Michê*) [11]... E esse grupo não tinha uma institucionalização, não tinha centros de pesquisa... Não tinha departamentos que tratavam dessas questões, mas pelo menos existia e foi muito importante para mim porque me chamaram para participar de encontros que organizaram às vezes e eu aprendi muito com eles sobre essas questões. Eu acho que tem um fator significativo que acontece que é a AIDS. Durante os anos 80 a AIDS desestrutura tanta coisa... A AIDS desestrutura o movimento LGBT. A AIDS leva muitos dos intelectuais gays que poderiam ter ajudado a criar essa institucionalização bem mais cedo, mas pelo outro lado, apesar de impedir o desenvolvimento do campo, a emergência que a AIDS colocou para a sociedade também incentivou. Então começou devagarzinho, no final dos anos 80, ser possível conseguir recursos, financiamentos, para pesquisas sobre essas questões. Uma década antes ninguém iria financiar esse tipo de projeto, mas por conta da AIDS... A AIDS deu uma legitimidade da importância de entender melhor as sexualidades e a diversidade sexual em todos os seus sentidos. Então, ajudou a criar as condições que nos anos 90 me parece que realmente começou a criar condições para começar a institucionalizar essas coisas. Então, ao longo dos anos 90 no Instituto de Medicina Social (IMS), onde eu era professor na época, a gente conseguiu uma série de financiamentos para criar um programa em gênero, sexualidade e saúde que foi financiado principalmente pela Fundação Ford, mas também por algumas outras entidades internacionais. Financiado pela Fundação Rockefeller e pela Fundação MacArthur e a gente foi criando um pouco o espaço para institucionalizar as questões de sexualidade. A AIDS e pesquisas em sexualidade um pouco caminharam juntas ao longo daquela década. E aí nos anos 2000, certamente isso se ampliou muito. Teve a criação do CLAM (Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos) e de vários centros de estudos sobre sexualidade e direitos, a criação de várias coisas sobre direitos sexuais. Então, hoje em dia, eu não diria que está completamente institucionalizado, com o mesmo prestígio e respeito que algumas outras áreas

têm. O Departamento de Direito vai ter mais legitimidade do que as pesquisas sobre sexualidade. Mas pelo menos entra na casa oficial das universidades, da academia, como uma possibilidade de trabalhar essas questões como questões legítimas e como objetos de pesquisa absolutamente normais e corretos e nada tão, sei lá, tão transgressivo ou marginal. Agora, isso tem benefícios e também tem eventualmente algumas perdas. Eu acho que na medida em que o campo da sexualidade acaba sendo legitimado, também há um certo risco de ... Como se fala? Sanitize... Em inglês é *sanitize*... De limpar, de fazer uma coisa...

Revista Habitus: Seria um processo de higienização.

Richard Parker: Exatamente, essa é a palavra mesmo! E higienização é uma coisa que também me preocupa porque parece que hoje em dia é muito legítimo pesquisar os direitos sexuais. Mas a gente não pesquisa muito o verdadeiro conteúdo da sexualidade: o que são as práticas sexuais e a sexualidade como é vivida. Aliás, é uma coisa engraçada, talvez no campo da AIDS a gente está muito mais preocupado em entender as sexualidades, as práticas sexuais das pessoas, para poder pensar como fazer a prevenção de AIDS de acordo com a vida das pessoas. Talvez trate da sexualidade muito mais na sua realidade corporal do que o próprio campo de pesquisas em sexualidade. Que às vezes há coisas sociais e políticas, mas às vezes parece que esquece o ponto de partida do sexo, da prática sexual... Então é uma coisa engraçada. A legitimação, a legitimidade tem vantagens e também têm alguns desafios. Eu sinto um pouco que a sexualidade ficou “limpinha demais” de certa forma nos últimos tempos. E a gente não pensa muito sobre o seu conteúdo mais erótico, mais corporal e de uma maneira mais profunda.

Revista Habitus: Você tocou em uma questão muito importante: a AIDS. Inclusive para o processo de constituição acadêmica de estudos sobre sexualidade em nosso país. A partir da década de 1990, os seus estudos se voltam para questões ligadas a este tema. Como se deu essa imersão na questão da AIDS? E como era estudar a AIDS naquela época e hoje? Eu imagino que deva ser bem diferente...

Richard Parker: Com certeza. Como falei, por acidente histórico, a epidemia surgiu no Brasil na época que eu estava iniciando os meus projetos de pesquisa. Então, fiz a minha primeira pesquisa em 83 e 84 e voltei para os Estados Unidos para escrever a tese. Em 85, eu passei novamente alguns meses no Brasil e voltei para os Estados Unidos e terminei a tese. Em 88, mudamos de volta para o Brasil. Eu conheci o meu companheiro em 83 e a gente está junto há 30 anos. Primeiro, tinha uma coisa bastante nítida, bastante exemplar da questão da negação de direitos sexuais porque atravessar fronteiras para pessoas numa relação homossexual, em uma relação com alguém do mesmo sexo, você não tinha direito nenhum. Então, você tem que achar maneiras de lidar com aquilo. E depois de passar algum tempo nos Estados Unidos, onde nós tínhamos conseguido um visto de trabalho para o meu parceiro, a gente resolveu que ia ser muito difícil ficar nos Estados Unidos, transformar o visto dele em um visto para ficar lá seria muito difícil. Aliás, foi só três ou quatro meses atrás, depois de uma decisão do Supremo Tribunal dos

Estados Unidos que pessoas em relações com pessoas do mesmo sexo podem aplicar visto para os seus companheiros entrarem nos Estados Unidos. Então, levou esse tempo todo, foi um caminho longo. Aí, em 88, eu estava terminando a tese e a gente achava que não teria como ficar nos Estados Unidos se a gente quisesse ficar junto. Pelo menos poderia fazer pesquisa no Brasil e tentar transformar isso em alguma coisa que permitiria a gente ficar junto. Então voltamos para o Brasil, vendemos tudo o que a gente tinha, deixamos nosso cachorro com a minha irmã e viemos com muito pouco, mas com algumas pequenas bolsas de estudos para fazer uma pesquisa sobre política da epidemia de AIDS no Brasil. Em 85, eu já tinha conhecido Herbert Daniel, que era um escritor e ativista, mais conhecido agora como ativista de AIDS, mas na época ele foi exilado porque participou... Esse não é Betinho, é Herbert Daniel. Sempre confundem, Herbert Daniel era um escritor e ele escreveu nove ou dez romances, fez parte da luta armada contra a Ditadura. E ele e o companheiro dele Cláudio Mesquita tinham ido para a França no exílio e com anistia eles voltaram para cá. E eu procurei ele, porque em 83 ele foi uma das primeiras pessoas a escrever alguma coisa analisando a epidemia de AIDS e as questões sexuais ao redor disso. Em 85, eu procurei ele, conheci o Daniel e ele sempre usava o sobrenome, que de fato é o pseudônimo de escritor. E conheci ele e estabelecemos uma amizade. Quando eu voltei em 88, eu procurei ele e nesse ínterim entre 85 e 68, o Betinho, o Herbert de Souza tinha chamado algumas pessoas de diversas áreas para criar a ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS) [12]. Que começou a funcionar mais ou menos em 86, mas acho que o estatuto legal foi feito somente em 87. Então, o Daniel foi trabalhar na ABIA, ele estava liderando uma boa parte das coisas da ABIA. Então, por conta disto... eu acho que perdi um pouco a raiz da sua pergunta. Se eu estiver indo longe, você me redirecione. Mas por conta disto, eu comecei a colaborar com a ABIA. Em 89 e 90, eu fiz parte do conselho de assessores e durante este período Daniel e eu escrevemos dois livros juntos, um livro feito de coletânea dos nossos artigos, algumas coisas escritas em conjunto e algumas coisas separadas. Publicamos em 91, *AIDS: A terceira epidemia, ensaio e tentativas* [13], que a gente um pouco começou a... Mas Daniel ficou doente em 91. Ele foi diagnosticado, eu acho no final de 89 e ao longo de 90 e 91 a saúde dele era muito ativa. Foi candidato pelo PV (Partido Verde) para a presidência. Enfim, ele tinha uma atuação política interessante no Partido Verde naquela época. Mas em 91, ele começou adoecer, isso foi antes da época dos antirretrovirais. Ele chegou a tomar AZT, um dos primeiros medicamentos que funcionavam. Mas ele foi ficando cada vez mais fraco e doente e acabou morrendo em março de 92. Mas antes de morrer ele tinha me chamado para, além de fazer parte deste conselho de assessores, para vim realmente a trabalhar dentro da ABIA. Eles tinham alguns problemas, de crises financeiras, uma série de problemas. Então eu comecei informalmente em 91 e formalmente em 92 a trabalhar na ABIA, ajudando na coordenação executiva da instituição. Depois da morte do Daniel, que era mais ou menos diretor executivo na época, o Betinho que era o presidente, mas não trabalhava no cotidiano dentro da ABIA, me chamou para integrar a equipe realmente como coordenador executivo. Uma coisa curiosa, na mesma época eu era professor visitante no IMS da UERJ e fiz concurso para o IMS, e fui concursado como professor-adjunto, mas naquela época ainda tinha uma cláusula na Constituição que dizia que instituições públicas não podiam contratar estrangeiros. Então, via

UERJ não foi possível resolver a minha questão de visto para ficar no Brasil. A UERJ até tentou, mas não foi possível. Essas coisas da Constituição foram retiradas em algum momento durante administração de Fernando Henrique Cardoso, mas aquela época ainda estava em vigor. Então Betinho falou: “Bom, vamos tentar pela ABIA”. Então, a ABIA fez um pedido de visto de trabalho para mim e foi aprovado pelo Ministério do Trabalho e o das Relações Exteriores. Eu comecei finalmente... Acho que você tinha que ter uma coisa temporária durante dois anos e aí você renovava durante mais dois anos e aí podia pedir para isso ser transformado em permanente. Então, eu fiz todo esse processo e em 97 eu consegui o visto permanente que me permitiu ficar aqui. Então, foi essa interface entre a universidade e as questões da ABIA. E as questões pessoais de como você consegue um visto para ficar no país e essas questões todas que um pouco levou a explicar essa mudança. Esse enfoque cada vez mais nas questões de AIDS, por causa do meu vínculo com a ABIA e as coisas que a ABIA fazia. Faz agora acho que mais de 20 anos que trabalho de alguma forma ou outra na ABIA. Fui coordenador executivo, depois fui para o conselho de colaboradores, como secretário geral da Diretoria. Depois da morte do Betinho, fui eleito presidente. Então, eu tenho uma longa história com isso. E a pesquisa sobre a AIDS acaba surgindo muito dessa trajetória. Também acho que uma realidade das primeiras épocas antes de 96 quando surge a terapia combinada de antirretrovirais, não tinha nenhum tratamento muito eficaz. Foi um período então muito horrível. As pessoas hoje em dia que não vivenciaram isso nas suas próprias vidas... É muito difícil. Para vocês jovens é muito difícil entender como foi. Os seus amigos estão morrendo ao redor de você, era um funeral depois do outro. Foi um período muito duro e muito difícil. E isso um pouco me transformou em ativista. Eu tentei trabalhar em espaços mais oficiais, aliás, durante o ano de 92 eu fui emprestado pela UERJ para o Ministério da Saúde. Ajudei a reestruturar o Programa Nacional, que tinha sido mais ou menos destruído no Governo Collor. Iniciamos o processo de reestruturação e eu fui chefe da Unidade de Prevenção durante o início desse processo. Mas não gostei muito de trabalhar dentro da burocracia, eu achei muito difícil... muito devagar e muito careta. Enfim, não era para mim. Eu tenho imenso respeito às pessoas que trabalham na máquina, porque eu sei como é difícil. Mas não era uma coisa que eu realmente consegui fazer. Ficou muito mais interessante para mim, manter esse trabalho mais ativista, um pouco alternativo, via a organização não governamental. Sempre tentei fazer parcerias com a universidade. E havia de fato durante a minha liderança na ABIA era um espaço híbrido, que combina um pouco o espaço da ONG com o espaço da academia ou pelo menos de pesquisa. Eu penso um pouco sobre a ABIA como um tipo de ONG intermediária que fica entre a academia por um lado e o movimento social por outro lado. Então, a ABIA faz coisas que tende a construir pontes entre esses dois espaços. A ABIA sempre investiu muito na produção de conhecimento. Sempre achávamos que não é só na universidade que se produz conhecimento. Produz conhecimento na linha de frente, no ativismo e na mobilização política. Enfim, você pode produzir conhecimento em vários lugares e às vezes o conhecimento que você produz fora da universidade pode acabar sendo mais útil do que o conhecimento produzido academicamente. Depende de qual é a sua finalidade. Se a sua finalidade é ativismo, é fazer pressão política, mobilizar a sociedade, a produção de conhecimento em um espaço como a ABIA pode ser até mais estratégico. O que é

produzido na academia é importante, mas é mais “pano de fundo”, dá fundamentos para ação política, mas não é tão guiado pela finalidade de mobilização política. Ao longo dos anos isso realmente explica o surgimento das questões de pesquisa em AIDS. Também ao longo dos anos, trabalhei em outros espaços. Eu fui consultor de longa duração no primeiro programa de AIDS na Organização Mundial de Saúde (OMS) em Genebra (Suíça). De 89 até 91, eu trabalhei na Unidade de Pesquisa Social e Comportamental do Programa Global de AIDS da Organização Mundial de Saúde (OMS). E em 97, eu voltei para os Estados Unidos para assumir um trabalho como professor na Universidade de Columbia, basicamente trabalhando questões de AIDS. Estava baseado no Centro de Pesquisas em HIV de Columbia. Então, esse foi o enfoque que fiz naquela época. Hoje em dia trabalho também com o campo de saúde global, não só com AIDS. Mas continuo até hoje trabalhando com AIDS, com certeza. E alguns dos livros que me dão maior orgulho são os livros que fiz sobre a questão da AIDS. Eu publiquei em português, ninguém fora do Brasil conhece, mas são trabalhos que tiveram um respaldo interessante. Criamos naquela época coletivamente uma geração de pesquisadores das ciências sociais, pesquisando a questão da AIDS com objetivos políticos bastante nítidos, cobrando a ação do governo e cobrando pensar e trabalhar a AIDS dentro de uma ótica de direitos humanos, lutando contra o estigma e a discriminação. E até hoje esse grupo...São dezenas...Tem pessoas como: Vera Paiva e José Ricardo Ayres da USP (Universidade de São Paulo), Fernando Sefner da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Chico Bastos e Simone Monteiro da FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz). Poderia listar 30 ou 40 pessoas que fazem parte dessa rede e que até hoje é um grupo de pesquisadores, é uma área de pesquisa onde eu sentia mais afinidade, onde mais aprendi e senti que estava fazendo um trabalho que tinha alguma razão, algum sentido. Não era simplesmente para construir prestígio acadêmico, era para uma coisa que realmente tinha uma finalidade social muito importante. E aprendi aqui no Brasil muito mais do que eu poderia aprender nos Estados Unidos como a pesquisa e o trabalho (como em qualquer área, não só nessa) tem que ser guiados por uma visão política. Não é simplesmente uma questão técnica, há realmente uma dimensão política profunda.

Revista Habitus: Você acabou de tocar em um ponto que é muito instigante, principalmente para os estudantes mais jovens. Você falou do seu ativismo político. Você ocupou uma série de cargos em instituições como OMS, ABIA e Ministério da Saúde no Brasil. Mas normalmente essa relação entre academia e ativismo político não é muito comum. E muitas vezes é vista de modo problemático. Como você enxerga essa relação?

Richard Parker: É muitas vezes vista como problemática e principalmente problemática para as pessoas que pensam ou têm uma vista mais positivista da ciência. Que a ciência tem que ser objetiva e não pode ter viés. Separa-se claramente pesquisador e pesquisado, o pesquisador e o objeto de estudo. Essa é uma visão da ciência que de certa forma é modelada nas ciências básicas, nas ciências duras de laboratório como a física. E a pesquisa social tenta na medida do possível imitar e ser cada vez mais “científica”. Por outro lado, pela perspectiva mais interpretativa ou para usar uma palavra que nem todo mundo conhece: hermenêutica. Que é

simplesmente uma tradução para interpretação, mas especificamente para interpretar a palavra de deus na Bíblia. De qualquer forma essa tradição das ciências sociais enfatiza não tanto a objetividade, mas a reflexividade. Pensa muito sobre como o pesquisador se posiciona em relação ao seu objeto de estudo. E quando o pesquisador faz parte daquele mundo ocupa esses diferentes espaços. Se isso não se faz, se compromete a objetividade da pesquisa. Mas se você tem uma perspectiva reflexiva, isso não é comprometido. Desde que você reflita e analise qual é a sua inserção e como essa inserção influencia os seus achados, as suas interpretações. Então, nesse sentido, a tradição em que eu fui formado nas ciências sociais, foi uma tradição que valorizava essa dupla inserção. Enfim, enquanto existem algumas pessoas que questionavam a objetividade ou falta de objetividade, têm outras que percebiam que se você não tivesse aquela inserção, você não conseguiria fazer certas leituras, que você faz quando conhece intimamente aquele mundo. O que você tem que ser é honesto sobre as limitações da sua visão. Você tem que assumir certas limitações, mas essas limitações podem ser compensadas pelo grau de entendimento, de compreensão que você construiu por ter uma familiaridade muito íntima com aquilo. Não é? Então, como mencionei o grupo de pesquisadores que trabalhavam com AIDS nos anos 90 aqui no Brasil, eu penso todos eles como ativistas. Quase todos eles tinham alguma conexão tanto com a universidade como com ONG. De alguma forma ou de outra ganhavam o seu salário na universidade, mas se articulavam com as ONGs e com os movimentos de AIDS. Tinha essa dupla coisa. Para mim, pelo menos, isso tinha consequências muito positivas. Eu acho que não teríamos construído o programa de AIDS no Brasil com a qualidade que tinha, até encontrando dificuldades em algum momento... Mas em meados dos anos 90 até 2008/2009, o programa de AIDS no Brasil foi muito bom. Eu acho que isso se deu fundamentalmente por causa do diálogo intersetorial, que construímos no Brasil e onde se tinha várias pessoas. Trabalhavam em ONGs, faziam pesquisas em universidades, foram para o Ministério da Saúde ou outros espaços governamentais, nos programas de enfrentamento da epidemia. E ia você tinha um diálogo, que eu chamo de diálogo “intersectorial”, entre o setor do poder público, o setor da sociedade civil e o setor acadêmico. A gente frequentava os mesmos encontros, a gente falava na mesma mesa de debate. Tinha um diálogo super intenso, positivo e importante na construção de mudanças sociais, na mobilização da sociedade brasileira frente à epidemia. Enquanto algumas pessoas podem ver esse movimento como uma coisa que compromete o resultado da sua pesquisa. Por outro lado, se você acredita que o que você quer fazer é de alguma maneira mudar o mundo para melhor, esse envolvimento maior e mais ativista deve ser valorizado. Pelo menos na minha vida provavelmente eu diria que as coisas que eu sinto mais orgulho e satisfação de ter feito, de ter participado, de ter ajudado de alguma forma foi ter criado uma resposta coletiva frente à epidemia de AIDS e frente às desigualdades, discriminação, estigma, exclusão e marginalização que caminha junto com a epidemia e com as populações que são majoritariamente afetadas pela epidemia. Se isso é seu objetivo na vida... Acho que isso oferece um caminho que talvez seja mais importante que ganhar um prêmio para a sua ciência.

Revista Habitus: Bem, agora vamos entrar em questões mais relacionadas ao Brasil hoje, questões políticas. Nós temos acompanhado um crescimento da bancada evangélica no Congresso, defendendo políticas que vão contra os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e de outras minorias sexuais. Temos aí o Estatuto do Nascituro e o projeto de cura gay. É interessante porque você já demonstrava certa preocupação em relação à isso há 10 anos, em uma entrevista concedida às professoras Regina Barbosa e Estela Aquino [14]. Nela, você comparava a atuação da bancada evangélica brasileira com a atuação dos conservadores no congresso estadunidense. Como você avalia isso que vem ocorrendo no Brasil?

Richard Parker: Cada vez pior! É uma coisa que me preocupa muito. Certamente nos últimos anos, durante o Governo Dilma, eles têm feito tudo o que podem para destruir o programa de AIDS e outras áreas afins. Foi censurada pela presidente a campanha contra a homofobia nas escolas justamente porque a bancada evangélica disse que não iria votar nas coisas econômicas que ela queria passar se o governo não censurasse e acabasse com essa campanha. E eles venceram. Também criaram a censura da campanha que procurava alcançar o público gay e transvesti no carnaval em 2012 e 2013. No começo de julho, o ministro Alexandre Padilha demitiu o diretor do programa de AIDS porque não gostou da frase “Sou prostituta e sou feliz” em uma campanha feita junto com uma associação de prostitutas. Então, com o envolvimento da sociedade, da população “alvo” foi isso que elas produziram porque era uma coisa que falava e que tinha significado para elas. Quem é o ministro para dizer “não” só para agradar a bancada evangélica? E não é só isso... É a presidente ameaçada pela possível candidatura de Marina Silva e não querendo que todo o voto evangélico fosse para ela. Há um jogo político duro, de política eleitoral, de política do parlamento, do Congresso que está guiando muito essas coisas e está ficando cada vez pior. Acho que tem que ficar muito claro: eu não tenho nada contra nenhuma religião. Eu conheço e respeito muito as pessoas evangélicas. Não é implicância com nenhuma religião. A liberdade de religião é um dos princípios dos direitos humanos mais importantes que existe. Fico realmente e profundamente irritado quando tentam fazer da religião um palanque para promover ou impor posições e posturas morais para as outras pessoas. Isso que eu acho inaceitável. Neste sentido, a situação tem lamentavelmente piorado, especialmente com as religiões evangélicas que têm um projeto de poder. Você não compra estação de rádio ou canal de televisão se você não tem um objetivo com isso. É com um objetivo claramente político. E isso está tendo um impacto muito negativo no Congresso e em todos os outros lugares e também nas questões de direitos sexuais e reprodutivos, HIV e AIDS e educação sexual. Enfim, esse leque de coisas tem sido muito prejudicado. E repito que isso não quer dizer... Enfim, nós não podemos falar de uma maneira preconceituosa sobre todos os seguidores de uma religião. É absolutamente errado, nem todos os mulçumanos são terroristas (apesar da população dos Estados Unidos temê-los como se todos fossem). Alguns católicos também são muito conservadores e invadiram o Brasil para derrubar bispos mais progressistas. João Paulo II e Ratzinger foram também muito negativos em relação a todas essas coisas como AIDS e etc. Mas tem uma tradição progressista da Igreja Católica que foi fundamental na luta contra a Ditadura, no processo de redemocratização e até no enfrentamento da epidemia de AIDS. Eu, Paiva e alguns colegas temos um artigo que vai ser lançado agora sobre a história da resposta frente à

AIDS em São Paulo que mostra a importância do D. Paulo Evaristo Arns, bispo progressista de São Paulo, antes de Ratzinger fazer a sua ação de caçar e tentar empurrar para fora todos os setores progressistas da Igreja Católica. E da mesma forma têm progressistas evangélicos, têm pessoas que trabalham as questões de pobreza, de marginalização. Não podemos dizer que todas as pessoas que têm crenças ou que fazem parte de uma igreja evangélica assinam em baixo desse tipo de ação que alguns dos líderes das igrejas evangélicas fazem. Nós temos que ser muito cuidadosos ao colocar essas preocupações. Mas de fato, ao longo da última década, há a atuação crescente de forças conservadoras, principalmente ligada à igreja evangélica, mas também ligada à ala mais conservadora da Igreja Católica. Tem agido de uma maneira que tem tido consequências muito negativas para esse campo. É uma coisa que a sociedade brasileira tem que pensar. A questão do Estado laico é uma coisa muito importante a ser defendida. E esse tipo de uso da religião dentro da política eleitoral vai contra os princípios do Estado laico. Eu pessoalmente sou contra porque abre precedentes muito negativos.

Revista Habitus: Esse ano você completa 30 anos de Brasil; 30 anos abaixo do Equador. Conhecendo bastante o país, você poderia finalizar fazendo uma comparação entre os Estados Unidos, o seu país de origem, e o Brasil. Tanto em termos de pesquisa quanto em termos de ensino. Como é pesquisar aqui e como é pesquisar lá? Como é lecionar aqui e como é lecionar lá?

Richard Parker: Uma das comparações mais fáceis de fazer é sobre essa questão que já estávamos conversando. Sobre a maneira como os pesquisadores têm uma inserção social e política no Brasil, saindo um pouco da torre de marfim para o mundo e para fazer trabalho e pesquisa que tem alguma coisa a ver com o mundo. Eu acho que isso é muito menos comum nos Estados Unidos. Não é que não tenha, tem certamente o que chamam de *public intellectual*, intelectuais públicos nos quais seus trabalhos intelectuais são movidos por uma vontade de ter algum impacto no debate sobre políticas públicas, de políticas de modo geral. De qualquer forma, é muito menos comum lá e o papel social da universidade é menos reconhecido e valorizado nos Estados Unidos do que aqui. Lá é muita mais a questão de produzir um conhecimento técnico, que vai ser utilizado, mas não o conhecimento que vai ter utilidade na política. Enquanto no Brasil, eu acho, há os professores que não querem ficar na torre de marfim e não fazer algo mais engajado. Mas eu acho que o engajamento é mais valorizado aqui no Brasil. É uma das razões para eu ter continuado aqui no Brasil ao longo desses 30 anos é de ter esse espaço de uma maneira muito positiva. Também diria que eu certamente tive sorte. Por acidente histórico, a minha história com o Brasil se encaixa temporalmente com a transição da Ditadura e abertura para a redemocratização da sociedade. E o crescimento ao longo do tempo da democracia, dos valores democráticos tem feito do Brasil um espaço muito legal para poder contribuir de uma forma ou de outra. Eu acho que a consolidação da democracia e que, aliás, não é monopólio de nenhum partido. A minha afinidade com plataformas políticas historicamente tem sido muito mais chegadas às posições do PT (Partido dos Trabalhadores) e hoje em dia do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) do que as do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Mas uma das coisas que o PMDB fez nos anos 90 foi

garantir a continuidade desse processo de consolidação da democracia e isso foi muito importante. E isso tem sido feito de diversas perspectivas em um contínuo ideológico, vamos dizer assim. Mas ainda há ameaças, como nos Estados Unidos há uma sociedade com tradição democrática como em vários países, mas existem os conservadores radicais que são tão ruins como alguns partidos de extrema direita aqui no Brasil. Então, nenhum dos dois países é uma utopia. Muito pelo contrário, ambos têm os seus lados bons e ruins, tem o jogo político que tem que ser feito todos os dias e tem problemas profundos que precisam ser enfrentados. Aliás, ambos estão entre as sociedades mais desiguais que se pode imaginar, em termos econômicos, em termos da polarização entre ricos e pobres, com esvaziamento da classe média. Mas no Brasil, na última década, eu não sei o número exato, mas são milhões que saíram da pobreza extrema para terem um pouco mais de dignidade nas suas vidas. Enquanto que nos Estados Unidos essa polarização continua piorando. Em 2008, as pessoas mais ricas aumentaram a sua porcentagem no bolo, enquanto o resto da sociedade, os 99%, ficaram em uma situação cada vez pior, enquanto 1% fica cada vez mais rico. Então, nesse sentido, apesar de ter duas sociedades com muita desigualdade, com o jogo político muito complicado entre direita e esquerda e uma queda de braço em torno de todas as questões políticas. Ainda assim, em comparação aos Estados Unidos, eu acho que o Brasil está caminhando favoravelmente. Apesar de ter muito mais a fazer, o Brasil caminha em uma direção mais certa que os Estados Unidos. Os Estados Unidos está indo lamentavelmente em uma direção um pouco contrária. Eu tinha muita esperança com eleição do Barack Obama, depois de 8 anos de George W. Bush que foi um dos piores governantes que o mundo já conheceu. Todos nós achávamos que Obama entrando, as coisas iriam melhorar, talvez tenha melhorado um pouquinho, mas certamente não melhorou ao nível que a nossa esperança tinha colocado como meta. Então, eu acho que as perspectivas para o futuro são positivas no Brasil, mas também só vão ser realizadas apenas se as pessoas lutarem por isso. Porque nada é dado de bandeja. Se você não luta você não vai conseguir. Enfim, eu acho muito interessante as manifestações que surgiram em junho, por exemplo. Não sei para onde isso vai e se tem a mesma força. Tem forças que querem conquistar, cooptar, trazer para o seu lado e aí é muito difícil saber como isso vai evoluir. Mas me parece uma coisa positiva, de ficar indignado e de ainda ter esperança. Eu acho que isso é muito importante e é o que nos dá esperança para o futuro. Nos Estados Unidos, eu acho que a indignação é menor e a força dos conservadores é maior. E apesar de ter uma longa tradição democrática, o sistema político está cada vez mais disfuncional. Agora, semana que vem, estão ameaçando parar o governo, os republicanos estão querendo jogar fora o plano de saúde universal de Obama. Um das únicas coisas boas que essa administração fez, os republicanos querem derrubar. Então, vão parar o governo para conseguir fazer isso. Esse tipo de coisa é muito triste e muito ruim, mas é um pouco isso. Temos que reconhecer a diversidade e a complexidade de ambas sociedades, entender que progresso não é garantido em nenhum dos dois e entender que só indo para as ruas, indo votar, fazendo exercício da sua cidadania que você consegue transformar as coisas em algo melhor.

Revista Habitus: E isso professor Parker. Agradecemos muito!

Richard Parker: Ótimo! 🍷

* Edelson Costa Parnov e Elisa Mendes Vasconcelos são estudantes de graduação do Bacharelado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ).

NOTAS

[1] O título é uma alusão aos 30 anos da primeira viagem de Parker ao Brasil e à obra PARKER, R. G. **Abaixo do Equador: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

[2] Ver PARKER, R. G. **Corpos, prazeres e paixões: A cultura sexual no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Best Seller, 1991.

[3] Corrente antropológica desenvolvida na segunda metade do século XX, tendo como fundador o antropólogo estadunidense Clifford Geertz (1926-2006). O seu método consiste no estudo das sociedades como se fossem textos, isto é, hierarquias de significados, os quais precisam ser lidos e interpretados. Essa vertente busca a descrição densa e não está preocupada com a formulação de leis gerais de funcionamento das sociedades. Além disso, considera fundamental a leitura que os nativos fazem de sua própria cultura. Para saber mais, consulte as obras GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008. e GEERTZ, C. **O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa.** Petrópolis: Vozes, 1997.

[4] Ver BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento.** Petrópolis: Vozes, 1983.

[5] Ver FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 2003.

[6] Conceito foucaultiano que diz respeito às práticas dos estados modernos destinadas ao controle da população à eles sujeita. Para saber mais, consulte FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980 (excertos).** São Paulo/Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

[7] Ver FRY, Peter. **Para inglês ver: Identidade e política na cultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

[8] Ver PARKER, R. G. **Corpos e prazeres.** In: **Corpos, prazeres e paixões: A cultura sexual no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Best Seller, 1991.

[9] Edward John Baptista das Neves (1946) é antropólogo e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde desenvolve pesquisas na área de socioantropologia das drogas. É pioneiro nos estudos gays no Brasil com a tese *O Militante Homossexual no Brasil da Abertura*, uma etnografia sobre os movimentos sociais GLS nos anos 1970, defendida na Universidade de São Paulo (USP), em 1986.

[10] Maria Andrea Rios Loyola é professora emérita do Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e precursora dos estudos sobre direitos reprodutivos, sexualidade e família no Brasil.

[11] Néstor Osvaldo Perlongher (1949-1992) foi pioneiro nos estudos sobre prostituição homossexual masculina no Brasil através de dissertação de mestrado defendida na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e que posteriormente foi transformada na obra PERLONGHER, N. O. **O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

[12] Para conhecer mais sobre o trabalho desenvolvido pela ABIA, acesse <<http://www.abiaids.org.br/>>.

[13] Ver DANIEL, Herbert., PARKER, Richard G. **AIDS: A terceira epidemia**, ensaio e tentativas. São Paulo: Iglu, 1991.

[14] Ver AQUINO, Estela Maria Leão de, BARBOSA, Regina Maria. Cultura sexual, ciência e política: uma entrevista com Richard Parker. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 455-464, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s2/a26v19s2.pdf>>. Acesso em: Setembro, 2013.